



**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2018**

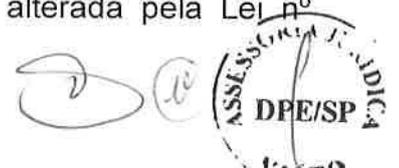
**Processo nº 3882/2018**

**1º ADITAMENTO**

**1º TERMO DE ADITAMENTO PARA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO TERMO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO E A ASBRAD - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DA MULHER, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPLEMENTAÇÃO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA ÀS PESSOAS LEGALMENTE NECESSITADAS.**

**PREÂMBULO**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, inscrita no CNPJ sob o nº 08.036.157/0001-89, com sede na Rua Boa Vista, nº 200, 8º andar, Centro, São Paulo/SP, doravante denominada **DEFENSORIA**, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado, o Excelentíssimo Senhor Doutor **DAVI EDUARDO DEPINÉ FILHO**, portador do RG MG nº 51.046.60 e inscrito no CPF sob o nº 266.621.368-40, e a **ASBRAD - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DA MULHER, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.450.677/0001-57, com sede na Rua Vera, 60, Jardim Santa Mena, Guarulhos/SP, neste ato representada por sua Presidente a Ilustríssima Senhora **DALILA EUGÊNIA MARANHÃO DIAS FIGUEIREDO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.641.479 e inscrita no CPF sob o nº 638.688.308-04, doravante denominada simplesmente **ENTIDADE**, resolvem, com fundamento na Lei 13.019/2014, alterada pela Lei nº





13.204/2015, celebrar o presente **ADITAMENTO**, mediante as cláusulas e condições seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**- DO OBJETO -**

O presente **TERMO DE ADITAMENTO** tem por objeto a prorrogação do Termo de Colaboração nº 03/2018, objetivando a continuidade da prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados nas áreas de Família e Cível, conforme especificações do Plano de Trabalho de fls. 292/298 dos autos do Processo Administrativo de nº 3882/2018, parte integrante e indissociável deste Termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**- DO PRAZO DE VIGÊNCIA -**

O prazo de vigência da **PARCERIA** fica prorrogado por 15 (quinze) meses, com início em 01 de novembro de 2019 e término em 31 janeiro de 2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA**  
**- DO REPASSE -**

Para atender às despesas decorrentes da execução dos serviços de que trata este **TERMO DE ADITAMENTO**, a **DEFENSORIA**, por meio de sua Coordenadoria Geral da Administração - Fundo de Assistência Judiciária, repassará à **ENTIDADE** a importância mensal de R\$ 20.986,21 (vinte mil, novecentos e oitenta e seis reais e vinte e um centavos) a ser creditada em conta vinculada a esta **PARCERIA**, junto ao Banco do Brasil S/A.

§ 1º – O presente **TERMO DE ADITAMENTO** tem o valor estimado de R\$ 314.793,15 (trezentos e quatorze mil, setecentos e noventa e três reais e quinze centavos), que correrão à conta dos recursos da Coordenadoria Geral de Administração - Fundo de Assistência Judiciária – Unidade Gestora de Fundo 420030, Programa de Trabalho 03.092.4200.5796.0000, Classificação de Despesa Elemento-Item 33.50.39-77, do orçamento de 2019 e à conta dos orçamentos-programa dos exercícios seguintes.





**CLÁUSULA QUARTA  
- DA PUBLICAÇÃO -**

Este **TERMO DE ADITAMENTO** deverá ser publicado, em extrato, após sua assinatura.

**CLÁUSULA QUINTA  
- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS -**

As partícipes ratificam as demais cláusulas e condições do ajuste original que não foram alteradas pelo presente instrumento.

E, por estarem certos e ajustados, firmam as partícipes o presente termo na presença das testemunhas abaixo.

DPG, 18 de outubro de 2019.



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
DAVI EDUARDO DEPINÉ FILHO  
Defensor Público-Geral



**ASBRAD - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DA MULHER, DA INFÂNCIA  
E DA JUVENTUDE**  
DALILA EUGÊNIA MARANHÃO DIAS FIGUEIREDO  
Presidente

TESTEMUNHAS:

1.   
Karina Martinez Cidre Joaquim  
Oficial de Defensoria Pública  
RG: 37.009.232-6  
Nome: Defensoria Pública do Estado de São Paulo  
RG:

2.   
Nome: Gustavo Cavalari Dias  
Assistente Técnico I  
RG: 37.062.254-6  
RG: Defensoria Pública do Estado de São Paulo



## ANEXO II – PLANO DE TRABALHO – TERMO DE COLABORAÇÃO

### 1. DADOS CADASTRAIS

#### 1.1 Entidade: ASBRAD - Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude

CNPJ: 02.450.677/0001-57

Endereço: Rua Vera, 60 – Jardim Santa Mena

Guarulhos/SP

CEP: 07096-020

Tel/Fax: (11) 4965-1617 / 2409-9518 / 2408-6448

E-mail: [asbradguarulhos@terra.com.br](mailto:asbradguarulhos@terra.com.br), [asbradconveniodefensoria@gmail.com](mailto:asbradconveniodefensoria@gmail.com)

Site: [www.asbrad.org.br](http://www.asbrad.org.br)

#### 1.2 Representante: Dra. Dalila Eugênia Maranhão Dias Figueiredo Cargo:

Presidente

RG nº: 5.641.479

CPF nº: 638.688.308-04

#### 1.3 Responsável pela Execução: Iaci Alves Bonfim

Cargo: Coordenadora

RG nº: 21.867.379-6

CPF nº: 139.207.858-00

e-mail: [iabonfim@ig.com.br](mailto:iabonfim@ig.com.br)

### 2. OBJETO DA PROPOSTA (descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexó entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas)

A Defensoria Pública de São Paulo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 988 de 09 de janeiro de 2006, é a instituição pública que tem como atribuição, por mandamento constitucional, prestar assistência jurídica integral e gratuita aos carentes de recursos financeiros.

A prestação de assistência jurídica pela Defensoria Pública do Estado tem sido realizada de forma direta, por meio de Defensores Públicos e, considerando o número ainda reduzido destes profissionais frente à demanda, de forma suplementar por meio dos convênios e termos de parceria.

Deste modo, no caso de Guarulhos, se faz necessária a prestação desta assistência jurídica integral e gratuita por intermédio de entidades parceiras da Instituição, razão da apresentação da presente proposta que visa a atuação nas áreas de família (em favor da mulher e da criança e do adolescente) e curadorias à população hipossuficiente de Guarulhos.

### 3. DESCRIÇÃO DAS METAS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS E DE SUA FORMA DE EXECUÇÃO

A prestação de assistência judiciária gratuita complementar com vistas ao atendimento da população carente de recursos financeiros será operacionalizada através das seguintes etapas ou fases:

#### 3.1 Análise da situação econômico-financeira (triagem)



A análise da situação econômico-financeira será realizada por meio de um rigoroso processo seletivo dos hipossuficientes, parametrizado pelas condições socioeconômicas apresentadas e registradas em documento próprio, atendendo a Deliberação nº 89 do Conselho Superior da Defensoria Pública, bem como recomendações de demais atos emanados da Defensoria Pública.

*Obs.: nos locais onde houver Defensoria Pública a triagem será realizada pelos Defensores Públicos da Regional e os usuários serão encaminhados à Organização da Sociedade Civil mediante ofício.*

### **3.2 Atendimento**

O atendimento objetivará diagnosticar a situação processual dos hipossuficientes para a escolha do remédio jurídico adequado, realizado pelo estagiário, sob a orientação e responsabilidade do profissional contratado, todos supervisionados pelo coordenador do projeto, se houver.

### **3.3 Propositura da ação**

A propositura da ação consistirá em elaboração da peça formal fundamentada em estudos e pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, acompanhada dos necessários elementos probatórios que o caso concreto requerer.

### **3.4 Acompanhamento**

O acompanhamento consistirá em supervisionar a tramitação do processo com as devidas providências processuais solicitadas, detectando eventuais deficiências e falhas no desenrolar da ação judicial proposta, até satisfação dos interesses do usuário.

Com o envolvimento dos estagiários nas diversas etapas ou fases do processo, haverá um enriquecimento das experiências curriculares, através de sua participação em atividades jurídicas reais cobertas pela parceria, tais como:

- a) atividades práticas de negociação, conciliação e mediação;
- b) atuação jurídica oral;
- c) visita orientada;
- d) análise de autos findos;
- e) elaboração de textos, peças jurídico-legais, contestações, impugnações, requerimentos, alvarás, recursos e relatórios;
- f) estudos e pesquisas das fontes formais de Direito (legislação, costumes, doutrina, jurisprudência) etc;
- g) participação em audiências conciliatórias e de instrução e julgamento

### **3.5 Interposição de recursos**

A interposição de recursos, de forma adequada e tempestiva, visará o reexame das decisões judiciais, no sentido de reformá-las total ou parcialmente e de esclarecê-las, até satisfação dos interesses do usuário.

### **3.6 Comarca de atuação: Guarulhos/SP**

### **3.7 Área de atuação:**

- (X) Família (com exceção as execuções de alimentos)
  - (X) Cível (somente Curadorias)
  - (X) Curadorias (cível e família)
  - (X) Demanda espontânea
- 

### 3.7.1 Detalhamentos das áreas:

- **Família:** envolvendo, sobretudo, ação de alimentos, separação judicial, divórcio, conversão em divórcio consensual, anulação de casamento, investigação de paternidade, guarda, regulamentação de visitas, inventário e arrolamento, restabelecimento de casamento, revisional de alimentos, reconhecimento e dissolução de sociedade de união estável, emancipação judicial outorgada e consentimento, tutela, curatela, cautelares, curadoria especial e pedido de alvará.
- **Cível:** atuando em curadoria especial.

Área	Número de encaminhamentos propostos (dentro das áreas escolhidas)
Família (em favor da mulher e da criança e adolescente)	15
Curadorias	65
Demandas espontâneas (em favor da mulher e da criança e adolescente)	10
<b>TOTAL DE ENCAMINHAMENTOS</b>	<b>90</b>

Obs.1: Havendo recesso forense nos meses de dezembro e janeiro, as metas acima serão reduzidas em um terço.

Obs.2: Na eventualidade de não haver encaminhamentos suficientes em algumas das áreas acima descritas, poderão haver encaminhamentos suplementares das outras áreas para fins de cumprimento da meta total.

#### 4. LOCAL E HORÁRIO DE ATENDIMENTO

O atendimento dar-se-á nas dependências do prédio da ASBRAD Associação Brasileira de defesa da Mulher, da Infância e da Juventude, reservadas única e exclusivamente para as atividades da Assistência Judiciária Gratuita, das 8h às 17h, sendo que no horário das 15h às 17h, será reservado para orientação aos estagiários sobre o andamento dos processos da semana.

#### 5. DA EQUIPE

A Equipe de trabalho será formada por:

- 01 coordenador do projeto
  - 03 advogados
  - 03 estagiários de Direito
  - 01 psicólogo
  - 01 assistente social
  - 01 estagiário de serviço social
- 

A Entidade proponente efetuará a seleção e contratação dos profissionais envolvidos que comporão a equipe de trabalho, assumindo a responsabilidade exclusiva pela quitação de quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais, devidos em decorrência das contratações.

## 6. DA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL (OBSERVAR CLÁUSULA SEXTA DO EDITAL)

Os valores são originários de pesquisa efetuada no PA Assessoria de Convênios 3516/2011 e estão em conformidade com o piso salarial das categorias

6.1 ENCAMINHAMENTOS	Qtde	Valor Mensal	Valor Total Mensal
Para cada 30 novos encaminhamentos mensais, deve-se manter uma equipe formada por ao menos um advogado, podendo haver até três estagiários de Direito.	3	Para cada 30 encaminhamentos*  R\$ 4.417,04, sendo: - R\$ 3.706,56 por advogado - R\$ 710,48 por estagiário (R\$ 646,08 de bolsa auxílio + R\$ 64,39 para vale transporte)	R\$ 13.251,12
A partir de 90 encaminhamentos mensais, surge a possibilidade de repasse à título de coordenação	1	Acresce-se R\$ 2.839,83	R\$ 2.839,83
<b>TOTAL 6.1 =</b>			<b>R\$ 16.090,95</b>

\*Excetuado caso de estagiários, todos os componentes da Equipe de Trabalho serão contratados sob o regime de profissional autônomo mediante contrato específico para tanto.

6.2 EQUIPE PSICOSSOCIAL	Qtde.	Valor Mensal	Valor Total Mensal
Psicólogo	1	R\$ 2.130,40	R\$ 2.130,40
Assistente Social	1	R\$ 2.130,40	R\$ 2.130,40

Estagiário de Serviço Social	1	R\$ 570,07 de bolsa – auxílio + R\$ 64,39 auxílio transporte	R\$ 634,46
<b>TOTAL 6.2 =</b>			<b>R\$ 4.895,26</b>

Mediante solicitação fundamentada da proponente e de critérios de conveniência e oportunidade da administração pública, o piso relativo às bolsas auxílio dos estagiários de direito, psicologia e serviço social poderá ser alterado.

<b>TOTAL DA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL (6.1+6.2) =</b>	<b>R\$ 20.986,21</b>
----------------------------------------------------	----------------------

## 7. CONTRAPARTIDA DA PROPONENTE

### 7.1 Despesas mensais:

Discriminação das despesas	Valor
Material de expediente/Impressos	R\$ 800,00
Material de limpeza	R\$ 500,00
Manutenção e Conservação de Equipamentos	R\$ 1.500,00
Energia Elétrica	R\$ 416,86
Ligações Telefônicas	R\$ 231,44
Outros – internet, água e site (detalhar)	R\$ 902,17
	R\$
<b>TOTAL 7.1 =</b>	<b>R\$ 4.350,47</b>

### 7.2 ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

A Entidade proponente efetuará a seleção e contratação dos profissionais envolvidos que comporão a equipe de trabalho, assumindo a responsabilidade exclusiva de quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais, devidos em decorrência das contratações.

INSS	R\$ 3.037,17
FGTS	R\$ 0,00
IR	R\$ 3.097,28
Outros	R\$ 0,00
<b>TOTAL 7.2 =</b>	<b>R\$ 6.134,45</b>

<b>TOTAL DA CONTRAPARTIDA (7.1 + 7.2)</b>	<b>R\$ 10.484,92</b>
-------------------------------------------	----------------------

Outras formas de contrapartida:





Para o desenvolvimento das atividades descritas neste Plano de Trabalho, a ASBRAD Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude, disponibilizará, a título de contrapartida, os seguintes recursos físicos:

- prédio para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, em especial, para a prestação de assistência judiciária gratuita, localizado na Rua Vera nº 60, no Bairro Santa Mena, em Guarulhos, Estado de São Paulo, adequado para atender à demanda da população carente e a operacionalização dos serviços a serem prestados pelos profissionais;
- local para espera sentada com distribuição de senha, respeitando a ordem de chegada bem como as prioridades de atendimento previstas em Lei;
- local apropriado para realização de cadastros informatizados dos cidadãos que buscarem este serviço;
- espaço para atendimento reservado que garanta a dignidade e privacidade do cidadão, preferencialmente divididos em mini salas de atendimento;
- mobiliário adequado para a espera, cadastro, atendimento e para a elaboração das peças jurídicas;
- equipamentos de informática, tais como impressoras e computadores, devendo estes ter acesso à rede mundial de computadores (internet).

**8. PERCENTUAIS DOS PARTICÍPES (PREVISÃO DE RECEITA E DE DESPESA A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DO OBJETO DO AJUSTE**

<b>TOTAL GERAL (itens 6 + 7)=</b>	<b>R\$ 31.471,13</b>
-----------------------------------	----------------------

- a) 66,39% (sessenta e seis inteiros e trinta e nove décimos por cento) serão providos pela Defensoria Pública do Estado, correspondente ao pagamento dos profissionais envolvidos no projeto, importando em R\$ 20.986,21 (vinte mil, novecentos e oitenta e seis reais e vinte e um centavos);
- b) 33,61% (trinta e três inteiros e sessenta e um décimos por cento) serão providos pela ASBRAD Associação Brasileira de defesa da Mulher, da Infância e da Juventude, correspondente ao pagamento de materiais, despesas com energia elétrica, telefone, encargos sociais e outras despesas, importando em R\$ 10.484,92 (dez mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos)

**9. CRONOGRAMA DE REPASSE OU DESEMBOLSO**

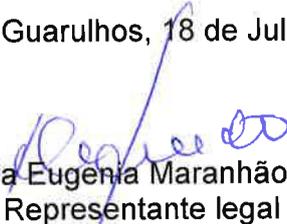
O cronograma de repasse será mensal, mediante análise e aprovação da prestação de contas, constituída pelo relatório de execução do objeto e pelo relatório de execução financeira, nos termos do item 9.2 e 9.4 do Edital, que será encaminhada até o dia 10 de cada mês ao Defensor(a) Público(a) Coordenador(a) ou Auxiliar da Regional vinculada ao Foro de atuação.

Anualmente será realizada a prestação de contas gerais relativa a todo o exercício. Além disso, a qualquer momento, a Defensoria Pública poderá solicitar dados da parceria, com um prazo de 5 (cinco) dias de antecedência quando estes forem referentes ao mês em vigor, 15 (quinze) dias para os dados dos últimos 12 (doze) meses e 30 (trinta) dias para períodos superiores a um ano.

## 10. DOS RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES E DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS DE AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS

O relatório das atividades desenvolvidas ficará sob a responsabilidade da entidade, que os encaminhará até o dia 10 de cada mês ao Defensor Público Coordenador da Regional competente, que analisará a aferição do cumprimento das metas, quantitativamente e qualitativamente, e encaminhará à Assessoria de Convênios da Defensoria Pública para manifestação conclusiva.

Guarulhos, 18 de Julho de 2019.

  
Dalila Eugenia Maranhão Dias Figueiredo  
Representante legal da entidade